

### Comissão Coordenadora

Relato da reunião realizada em 15 de fevereiro de 2022, pelas 12h00, via Plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior (14 de janeiro);
3. Relatório de Atividades de 2021;
4. Plano de Atividades para 2022.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, a conselheira Joana Brocardo e os conselheiros, Bártolo Paiva Campos, David Rodrigues, João Cravinho, Pedro Lourtie e Rui Canário.

A Presidente saudou os presentes, e deu início à reunião com a informação de que o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) divulgou no seu site uma comunicação, aprovada por unanimidade, na 1ª Reunião Ordinária do CNADS em 2022, realizada em 2 de fevereiro, a propósito da recomendação do CNE “Perspetivar o futuro do Ensino Profissional”, na qual “saúda o CNE pela oportunidade desta Recomendação e, atendendo à sua detalhada análise e à relevância das recomendações, vem manifestar o seu apoio e sublinhar a preocupação que a mesma lhe deixou no que diz respeito à evolução recente do Ensino Profissional na área do Ambiente (e Desenvolvimento Sustentável)”.

Referiu também que têm estado a ser realizadas as audições a parceiros informais sobre a participação dos jovens no ensino secundário e no ensino superior e que o relatório Estado da Educação 2020 (edição de 2021, em versão impressa) estava já a ser enviado, via CTT, a todos os conselheiros e a todas as conselheiras.

No ponto 2. a Presidente colocou a votação a proposta de relato da reunião anterior. Não havendo qualquer objeção, a proposta foi aprovada, mantendo-se o prazo de uma semana para envio de eventuais sugestões de alteração ou correção.

Relativamente ao relatório de atividades de 2021, os presentes manifestaram-se impressionados com o trabalho produzido pelo CNE em 2021, atendendo aos condicionalismos impostos pela situação pandémica. Colocaram algumas questões, apresentaram algumas sugestões pontuais, do ponto de vista formal, e reforçaram a ideia de refletir sobre a comunicação do CNE, por forma a dar maior visibilidade às atividades e ao trabalho que desenvolve. Sobre esta questão, o Secretário-Geral esclareceu que a divulgação do trabalho do CNE tem sido feita preferencialmente através do site e acrescentou que se poderia convocar uma conferência de imprensa para apresentação do balanço de mandato que a Senhora Presidente estava a pensar fazer.

Quanto ao plano de atividades do CNE para 2022, o conselheiro Bártolo Paiva Campos colocou algumas questões e apresentou algumas sugestões sobre a versão que foi enviada em anexo à convocatória da reunião. Propôs como tema central do relatório *Estado da Educação 2021* a transformação da escola, nomeadamente as alterações a nível dos tempos e dos espaços de aprendizagem e da gestão, que têm estado no centro do debate, e dando destaque, por exemplo, a experiências que promovam novas aprendizagens e diferentes formas de aprender. Mencionou, a

propósito, algumas publicações sobre estas questões de António Nóvoa, João Formosinho e Joaquim Machado. Sobre o cronograma, referiu que a atividade prevista para a 5ª Comissão –Acompanhamento do processo de implementação da descentralização para as autarquias de competências no domínio da Educação – será iniciada em maio.

A Presidente considerou muito pertinente a proposta do tema para o relatório, lembrando o *Estado da Educação 2018*, que incluiu alguns estudos de caso de escolas com projetos de mudança a vários níveis. E acrescentou que este relatório trouxe ao conhecimento do CNE outros projetos em curso em diversas escolas.

O conselheiro João Cravinho mencionou um outro tema que está e estará muito presente: a concretização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), embora reconheça não ser fácil de tratar. Manifestou preocupação com a pressa em apresentar propostas, que poderão resultar em desajustamentos, nomeadamente a nível das formações ministradas em universidades e politécnicos. Considera que seria útil fazer um ponto da situação, uma a duas vezes por ano, com as instituições que estão a acompanhar a situação, o que permitiria que o Conselho obtivesse informação importante para o seu trabalho e permitiria uma reflexão sobre a evolução do PRR.

A conselheira Joana Brocardo concordou com esta proposta, embora tenha considerado que a temática sobre a transformação da escola, referida pelo conselheiro Bártolo Paiva Campos, poderia ser um foco muito interessante para o relatório *Estado da Educação 2021*, sugerindo que optaria por essa temática. E lembrou que o *webinar* “Perspetivar o 1º ciclo em tempo de pós-pandemia” permitiu recolher informação sobre o assunto.

O Conselheiro David Rodrigues acrescentou à proposta do Conselheiro João Cravinho, que lhe pareceu muito importante, o acompanhamento de outros projetos que estão a ser apoiados, tais como: a recuperação das aprendizagens, o digital na educação, o projeto MAIA, a Educação Inclusiva.

O Conselheiro Bártolo Paiva Campos referiu também que seria pertinente conhecer e debater no plenário do CNE o programa do Governo que virá a ser nomeado.

Relativamente às atividades específicas de cada Comissão Especializada Permanente (CEP), o Coordenador da 2ª CEP, Conselheiro Pedro Lourtie, informou que as atividades que tinha proposto para o Plano de Atividades não eram as que estavam referidas, acrescentando que tinha enviado já um *email* para que fossem corrigidas e referiu os quatro tópicos de análise: reflexão sobre o ensino secundário como formação terminal e para o prosseguimento de estudos e aprendizagem ao longo da vida; reflexão sobre a integração e inclusão no ensino superior; levantamento da participação dos estudantes nas instituições de ensino superior e a realização de um seminário sobre o acesso ao ensino superior, na sequência da recomendação nº 6/2020.

O Coordenador da 3ª CEP, Conselheiro Rui Canário, referiu que lhe parecia desadequado estar a propor atividades para uma Comissão que não sabia se iria continuar a coordenar, uma vez que o seu mandato, enquanto conselheiro, estaria a terminar. Nesse sentido, estava a pensar fazer o balanço do trabalho desenvolvido pela Comissão, no qual poderia sugerir o que considerava ser importante prosseguir no âmbito do seu objeto.

Por fim, ficou acordado que iriam ser introduzidas as sugestões e correções que foram propostas e seria enviada, para aprovação, uma versão atualizada aos membros da Comissão Coordenadora.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.